

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 757/97

Regulamenta o Fundo Municipal
dos Direitos da Criança e do
Adolescente e dá outras
providências.

CAPÍTULO PRIMEIRO
dos objetivos.

Art. 1º. - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Angelina tem por objetivo a captação, o repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a criança e ao adolescente e que compreendem:

1º - Programas de proteção especial às crianças e adolescentes expostos a situação de risco pessoal e social, cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas e assistenciais;

2º - Projetos de pesquisas, de estudo e de capacitação de recursos humanos necessários à elaboração, implantação e implementação do plano municipal de ação de defesa dos direitos da criança e do adolescente; até no máximo 10%;

3º - Projetos de comunicação e divulgação de ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente; até 5%.

parágrafo único - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão administrados segundo o Plano aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO SEGUNDO
da operacionalização

Art. 2º.- O Fundo Municipal dos direitos da criança e do Adolescente, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos, subordina-se administrativa e operacionalmente ao Gabinete do Prefeito Municipal e será gerenciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO TERCEIRO

das atribuições do Conselho Municipal de Direitos

Art. 3º.- Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete:

- I - fixar critérios de utilização de recursos do Fundo, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas (art. 260, parágrafo 2º, do ECA);
- II - Emitir recibos de doações;
- III - Baixar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros;
- IV - Aprovar orçamento do FIA;
- V - Disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita;
- VI - examinar e aprovar as contas do FIA;
- VII - Designar membros do CEDCA para acompanhar e fiscalizar as atividades do fundo (art. 260, do ECA).

CAPÍTULO QUARTO

das atribuições do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 4º.- São atribuições do gabinete do prefeito municipal:

- I - Administrar o Fundo e coordenar a execução da aplicação dos seus recursos, de acordo com o plano de ação municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- II - Submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos o Plano de Ação Municipal com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - Submeter ao Conselho Municipal de Direitos, as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
- IV - Encaminhar à contabilidade geral do Município de Angelina as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
- V - Emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento;

VI - Tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em Convênios e/ou contratos propostos pelo Conselho municipal de Direitos e firmados pelo Prefeito Municipal;

VII - Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos;

VIII - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas referidas nesta lei;

CAPÍTULO QUINTO

dos recursos

Art. 5º.- As receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, são constituídas de:

I - Doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente na Legislação Orçamentária Municipal no mínimo de 0,5% da receita efetivamente arrecadada;

III- doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV - produtos das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

V - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competência das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VI - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais ou não governamentais, que tenha destinação específica.

Art. 6º.- Constituem ativos do FUMDCA:

I - disponibilidade monetária em bancos, oriundas das receitas específicas no Art. 5º;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas e projetos de Plano de aplicação;

parágrafo primeiro: As receitas descritas no art. 5º, serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

parágrafo segundo: A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade em função do

cumprimento da programação, com prévia aprovação do Conselho Municipal.

parágrafo terceiro: Anualmente processar-se-á o inventários dos bens e direitos vinculados ao FUMDCA.

Art. 7º.- A contabilidade do FUMDCA tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas.

Art. 8º.- A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos de serviços, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO SEXTO

da execução orçamentária

Art. 9º - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Prefeito Municipal através do seu Gabinete apresentará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os recursos destinados aos programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Art. 10 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos (autorização orçamentária).

parágrafo único - Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderá ser feita a implementação de verba através do Gabinete do Prefeito.

Art. 11 - A despesa do FUMDCA, constituir-se-á:

I - do financiamento total ou parcial dos programas e projetos constantes do Plano de Aplicação;

II - aquisição do material permanente e de consumo e de outros insumos necessários à implantação do Plano de Aplicação;

III - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis necessários à implantação do Plano de Aplicação;

IV - desenvolvimento de programas de estudos, pesquisas, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos necessários à execução do Plano Municipal de Ação, conforme percentuais estabelecidos no art. 1º;

V - atendimento de despesas diversas de caráter urgente inadiável necessárias à execução das ações de atendimento mencionadas no art. 1º.

CAPÍTULO SÉTIMO
das disposições finais

Art. 12 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDCA - terá vigência por tempo indeterminado.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 05 de setembro de 1.997.

Mauro Jonck
PREFEITO MUNICIPAL